

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.531.249 - MG (2019/0187653-4)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**AGRAVANTE** : AILVO RODRIGUES DE LIMA JUNIOR (PRESO)  
**AGRAVANTE** : JOAO ALBERTO ROSA  
**AGRAVANTE** : LAZARO JUNIOR BORGES  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por **AILVO RODRIGUES DE LIMA JÚNIOR, JOÃO ALBERTO ROSA e LÁZARO JÚNIOR BORGES** contra decisão que não admitiu recurso especial ofertado de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Sustenta a defesa, nas razões do recurso especial interposto com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, violação dos artigos 68 e 157, § 2º, I e II, ambos do Código Penal.

Insurge-se com o aumento da pena na terceira fase da dosimetria da pena, à alegação de que as instâncias ordinárias, inobstante o teor da Súmula 443/STJ, "não se apoiaram em elementos concretos dos autos, mas tão somente no reconhecimento de que a infração foi praticada com emprego de arma de fogo e concurso de pessoas" (e-STJ, fl. 804).

Requer seja redimensionada a exasperação da pena na 3ª fase da dosimetria para 1/3.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 812-814).

O recurso não foi admitido com fundamento na incidência da Súmula 83/STJ (e-STJ, fls. 816-820). Daí este agravo (e-STJ, fls. 824-836).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do agravo ou, caso superada essa fase, pelo seu desprovimento (e-STJ, fls. 852-855).

**É o relatório.**

Decido.

O Tribunal de origem majorou a pena em 3/8 na terceira fase da dosimetria com a seguinte fundamentação:

"Logo, em relação ao aumento das reprimendas no crime de roubo circunstanciado, penso que a existência de mais de uma causa de aumento não significa, por si só, a elevação da pena na mesma proporção. Deverá o julgador, exercendo seu poder discricionário, fixar a fração de aumento de acordo com a gravidade da conduta perpetrada pelo agente.

Aliás, sobre o assunto, o c. STJ editou a súmula nº 443, publicada em 13/05/2010:

O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.

Logo, em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 68 e do §

2º, do art. 157, ambos do CP, o aumento de pena, acima do patamar mínimo, pela ocorrência de duas ou mais exasperantes específicas, deve ser motivado não apenas pela simples constatação da existência daquelas, mas, sobretudo, levando-se em consideração a gravidade concreta da conduta perpetrada.

In haec specie, entendo exacerbada a aplicação da fração de aumento de 1/2 em virtude da existência das majorantes. Contudo, também não julgo ser suficiente, para a prevenção e reprovação do injusto, majorar as reprimendas no mínimo legal, eis que, *in casu*, necessário um juízo de censurabilidade penal mais acendrado.

Ora, cediço que ao praticarem a conduta mediante o emprego de arma de fogo, os agentes aumentaram o risco objetivo a que ficaram submetidas as vítimas, de molde que poderiam vir a ofender, gravemente, a integridade física dessas ou até mesmo causar-lhes a morte.

A prática do delito em concurso de agentes, por outro lado, dificultou, para os ofendidos, a defesa do patrimônio e garantiu o sucesso da empreitada criminosa.

Dessa forma, penso que o aumento das reprimendas, em virtude das majorantes, tendo em vista, como já observado, a maior reprovabilidade da conduta, deve ser de 3/8" (e-STJ, fls. 773-774).

O pleito de redimensionamento das penas não merece prosperar.

De acordo com a Súmula 443/STJ, "o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes".

Assim, verifica-se que o Colegiado observou a orientação sumulada desta Corte, haja vista que, ao fixar a fração de aumento em 3/8, o fez ancorado em circunstâncias concretas que indicam a maior reprovabilidade da conduta, uma vez que o delito foi cometido mediante a presença de três indivíduos.

A corroborar esse entendimento:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. ELEVAÇÃO DE PENA SEM FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. PATAMAR DE 1/2 (METADE) DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

I - É admissível, na terceira fase da dosimetria da pena, a exasperação da reprimenda acima do patamar mínimo desde que apresentada fundamentação concreta, baseada em dados extraídos dos autos, não se revelando legítimo invocar-se para tanto, tão somente, a quantidade de majorantes para o delito de roubo. Tal entendimento já foi, inclusive, sumulado no âmbito desta Corte, nos termos do enunciado n. 443 da Súmula/STJ: "O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes".

II - In casu, não assiste razão ao recorrente, porquanto houve, de fato, a devida fundamentação pelas instâncias ordinárias ao estabelecerem a fração de 1/2 (metade) na terceira fase da dosimetria, não se amparando, portanto, tão somente no número de majorantes para elevar a pena do réu e, sim, nas circunstâncias

# Superior Tribunal de Justiça

fáticas em que o crime foi praticado: em concurso de 4 (quatro) agentes que, com arma de fogo em punho, renderam a vítima e colocaram-na no porta-malas do carro, libertando-a apenas quase 1 (uma) hora depois, em um canavial.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1227129/AL, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA. MAJORAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. MOTIVAÇÃO CONCRETA. *REFORMATIO IN PEJUS*. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Súmula n. 443 do STJ.

**2. O Tribunal de origem apontou dado fático suficiente a indicar a gravidade concreta do crime - na espécie, o concurso de pelo menos três agentes.**

3. A proibição de reforma para pior garante ao recorrente, na espécie ora versada, o direito de não ter sua situação agravada, direta ou indiretamente. Não obsta, entretanto, que o Tribunal, para dizer o direito - ao exercer, portanto, sua soberana função de juris dictio -, encontre motivação própria, respeitadas, insisto, a imputação deduzida pelo órgão de acusação, a extensão cognitiva da sentença impugnada e os limites da pena imposta no juízo de origem.

4. Agravo regimental não provido."

(AgRg no AREsp 876.132/MT, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 06/06/2016, grifou-se).

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c art. 253, parágrafo único, II, "b" do RISTJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator